



ESTRATÉGIAS DE TRANSIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

CCZEE
COMISSÃO COORDENADORA
DO ZEE DO TERRITÓRIO NACIONAL



GT
AMAZÔNIA
LEGAL

PROGRAMA
ZEE
BRASIL

Ministério do
Meio Ambiente





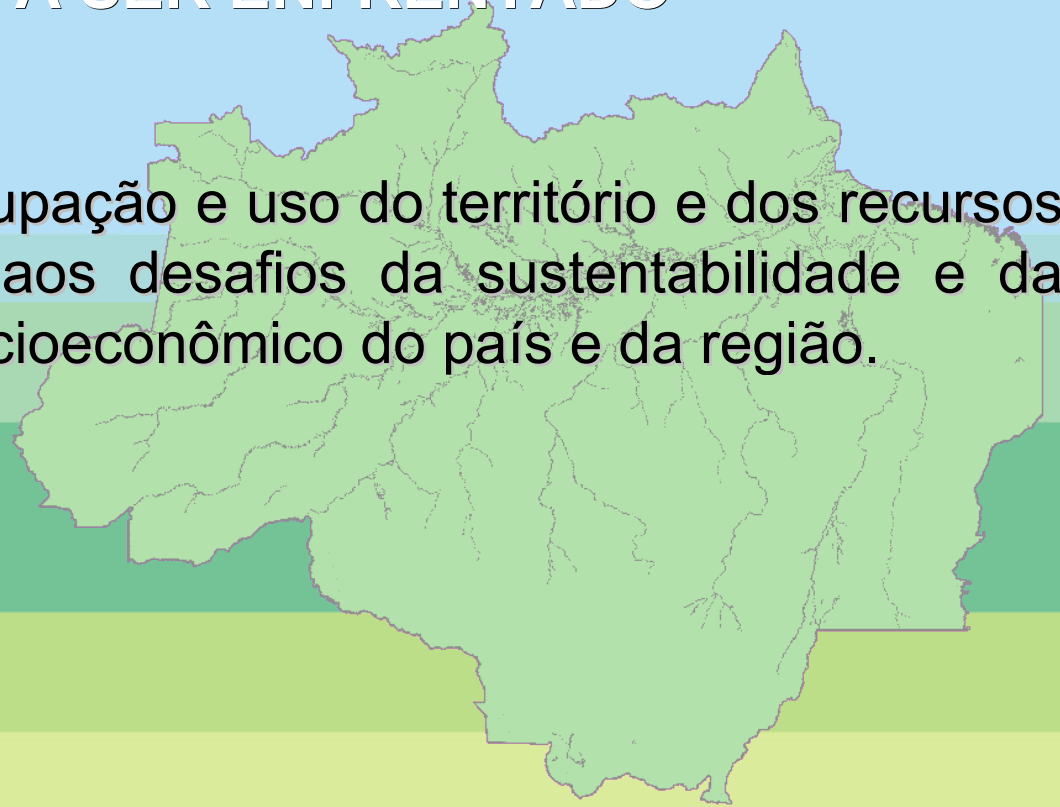
INTRODUÇÃO

Após um amplo processo de estudos e negociação envolvendo dezesseis ministérios, os nove estados da região e entidades da sociedade civil, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico – da Amazônia Legal – MacroZEE/AL, foi aprovado por unanimidade pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional.



O PROBLEMA A SER ENFRENTADO

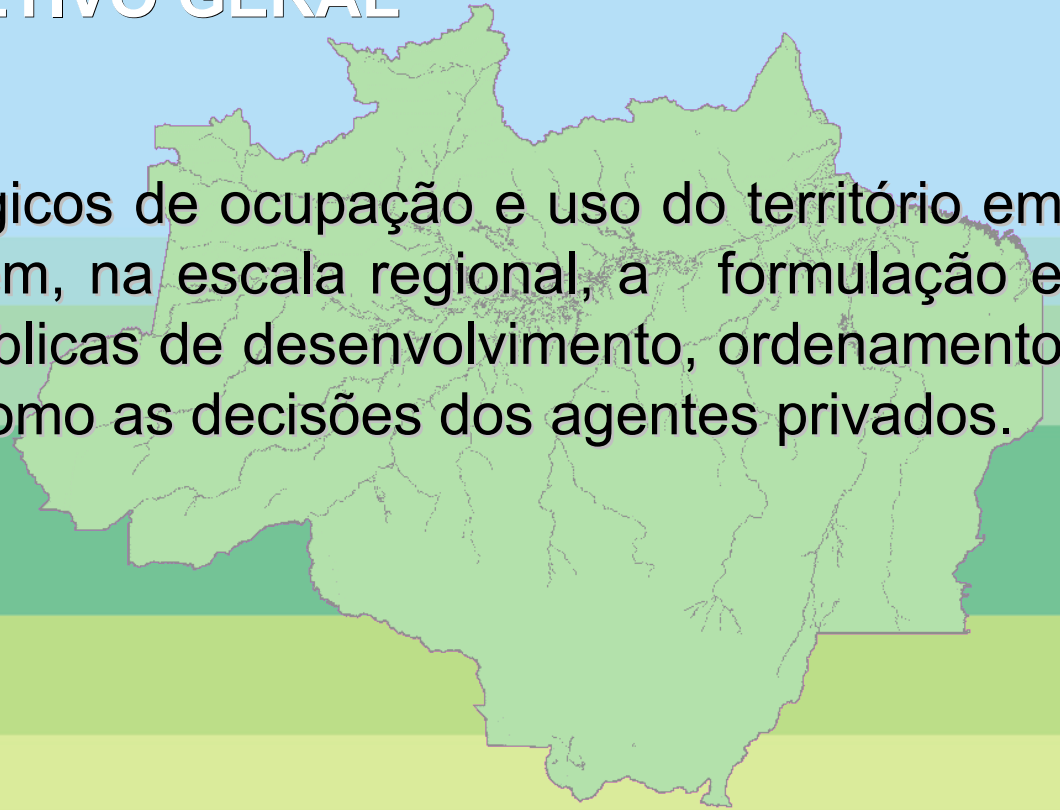
Inadequação das formas de ocupação e uso do território e dos recursos naturais da Amazônia, frente aos desafios da sustentabilidade e da agenda do desenvolvimento socioeconômico do país e da região.





OBJETIVO GERAL

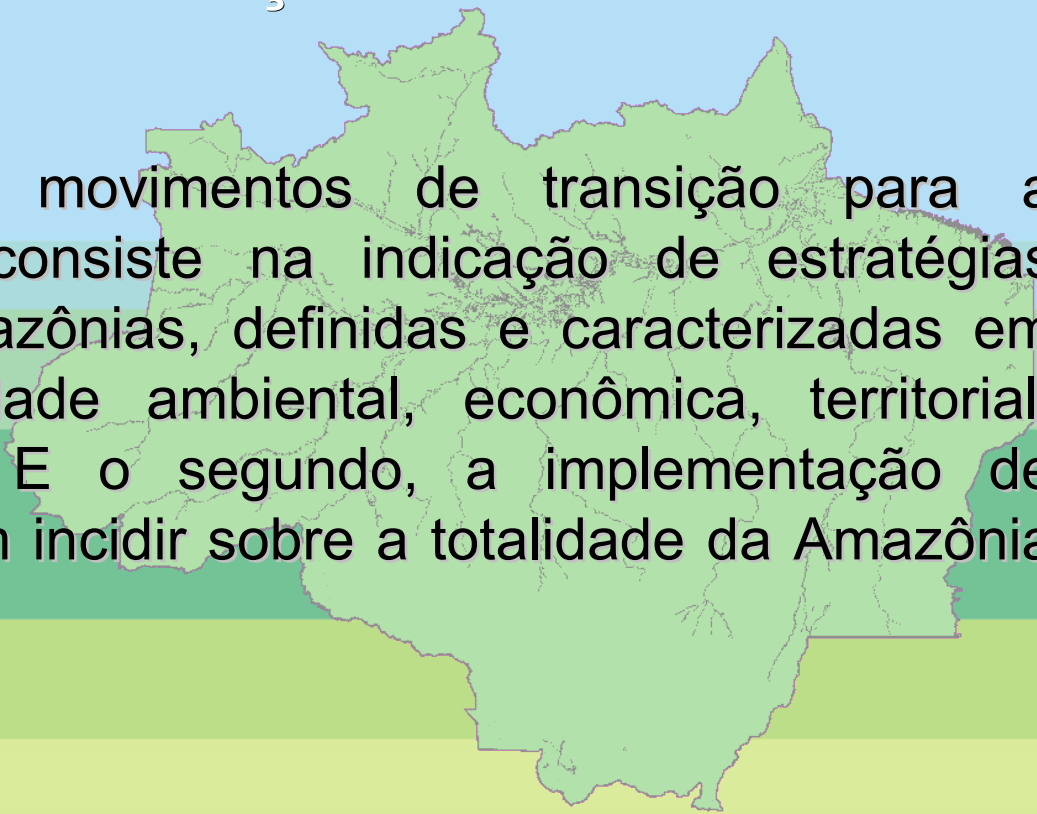
Estabelecer indicadores estratégicos de ocupação e uso do território em bases sustentáveis que orientem, na escala regional, a formulação e espacialização das políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e ambientais, assim como as decisões dos agentes privados.

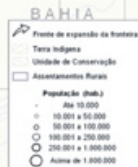




ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR O OBJETIVO

A estratégia combina dois movimentos de transição para a sustentabilidade: o primeiro consiste na indicação de estratégias distintas para as distintas Amazônias, definidas e caracterizadas em conformidade com a diversidade ambiental, econômica, territorial, cultural e social da região. E o segundo, a implementação de estratégias comuns, que devem incidir sobre a totalidade da Amazônia Legal.





- Defesa do Pantanal com a valorização da Cultura, das Abilidades Tradicionais e do Turismo
- Regulação e Inovação para implementar o Complexo Agroindustrial
- Ordenamento e Consolidação do Polo logístico de Integração com o Pacífico
- Reestruturação dos Sistemas Produtivos do Arquipélago Tocantins
- Diversificação da Fronteira Agroflorestal e Pesca
- Fortalecimento do Policultivo no Entornoamento Para-Tocantins-Maranhão
- Contenção das Fontes de Expansão com Áreas Protegidas e Usos Ambientais
- Fortalecimento das Captações Coletivas, Regulação da Mineração e Apoio à Diversificação de Outras Cadeias Produtivas
- Defesa do Coração Florestal com Base em Abilidades Produtivas
- Fortalecimento da Capacidade de Integração com o Pacífico

CONVENÇÕES

- Capital de País
- Capital de Estado
- Limite de Amazônia Legal
- Rodovia pavimentada
- Rodovia sem pavimentação

Limite dos 200 milhas
 Zona Econômica Exclusiva
 Limite da mar territorial
 (12 milhas náuticas)
 (24 milhas náuticas)

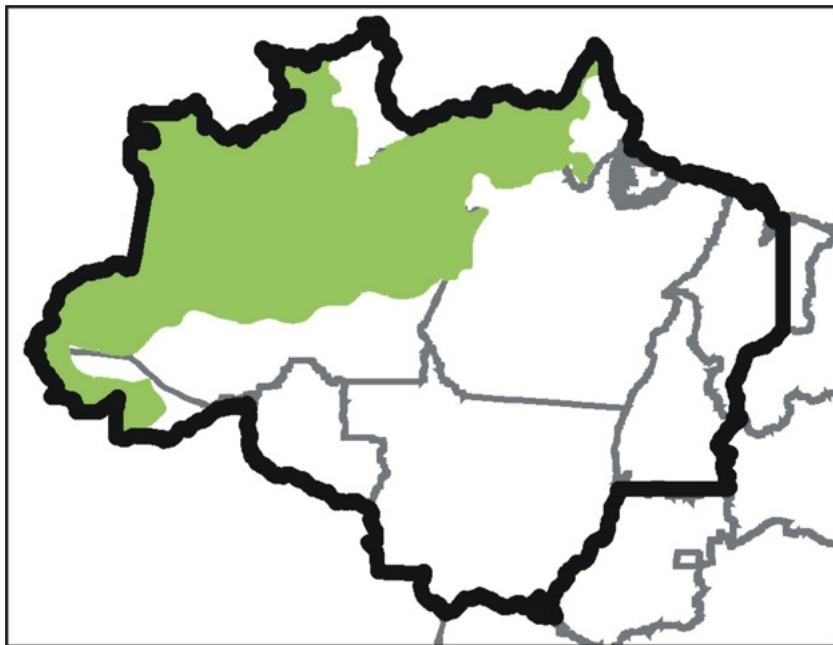
0 50 100 km
 Sistema de Coordenadas Geográficas
 - Inicialmente
 - Meridiano de Referência - 54°
 - Paralelo de Referência - 0°
 - Escala: 1:600.000

Este cartograma elaborado pela Coordenação de Cartografia e Mapas temático elaborado pela Coordenação de Geografia do Instituto de Geociências.

©IBGE Agência e gestões de comunicação de eventos lidos verificadas
 neste mapa, através do 0800 101011 ou por e-mail: ibge@ibge.gov.br

©IBGE 2009

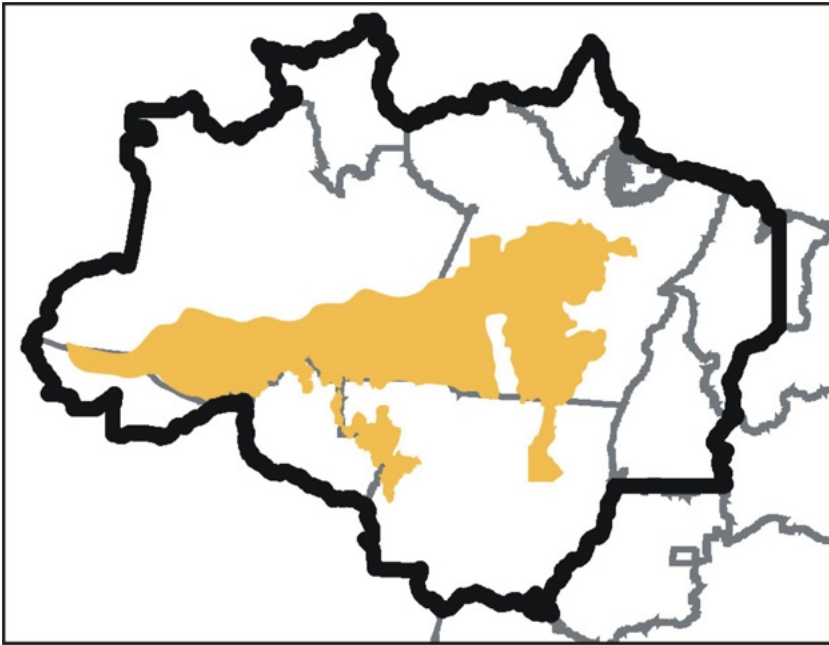
1- Defesa do coração florestal com base em atividades produtivas



O coração florestal é dotado de recursos naturais que interessam ao mercado mundial e sua posição é estratégica em relação à integração sul-americana e à soberania nacional. A estratégia de desenvolvimento do coração florestal não será alcançada por seu isolamento produtivo, mas, sim, pela utilização de seus recursos a partir de técnicas e práticas do século XXI que não destruam a natureza e incorporem e atualizem o saber milenar da população local.

- Produção extrativista: incorporação de conhecimentos e tecnologia para reverter a dependência da economia exportadora de matérias-primas
- Novo padrão de desenvolvimento: formas inovadoras para gestão das águas, exploração de minérios e madeira, uso da biodiversidade, modais de integração física, prestação de serviços ambientais
- Manaus: cidade mundial da marca “Amazônia”, bolsa de valores de serviços ambientais e portal tecnológico da Amazônia
- Cordão de “blindagem flexível” do Coração Florestal: rede de cidades que, a partir de iniciativas inovadoras, revertam o uso predatório dos recursos naturais
- “Produtos da Amazônia produzidos na Amazônia”: desenvolvimento de rede de cidades biotecnológicas, produção local em larga escala de fármacos e cosméticos, investimento em instituições de ensino e pesquisa, benefícios fiscais das Zonas de Processamento de Exportação
- Vilas agroindustriais ao redor das cidades do “cordão”: produção familiar, fornecimento de alimento às cidades, abastecidas por bioenergia
- BR-319: recuperação sob situação de forte governança
- Manutenção da Zona Franca de Manaus
- Remuneração por serviços ambientais: pesquisas sobre suas múltiplas possibilidades, para além do carbono
- Certificação de origem para os produtos da floresta
- Produtos madeireiros e não madeireiros: produção com tecnologias adequadas, fortalecimento da gestão comunitária, organização e comercialização da produção
- Mineração: regulação para contemplar particularidades da floresta ombrófila densa; pactuação e total inserção de povos indígenas em estudos sobre a atividade em suas terras
- Fomento ao turismo: estudos, investimento e capacitação para adaptação à realidade local

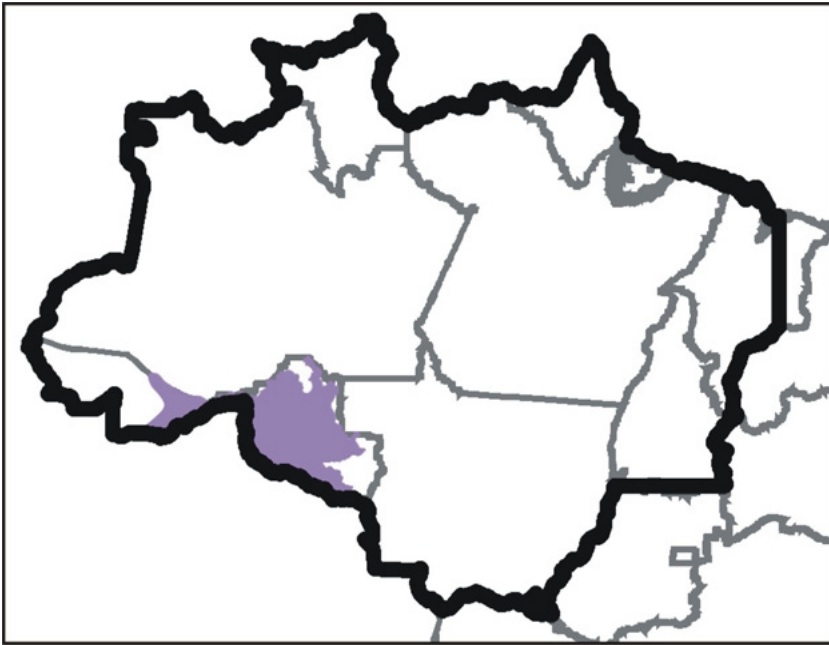
2 - Contenção das frentes de expansão com áreas protegidas e usos alternativos



Em virtude do papel de escudo para proteção do coração florestal, esta Unidade Territorial deve merecer reforço das institucionalidades que abriga - Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Área com elevado potencial de desenvolvimento a partir do aproveitamento racional de seus recursos naturais, manifestados pelos potenciais florestal, mineral e hídrico. Entretanto, de modo geral, a exploração desses recursos somente se justifica mediante uma forte política de verticalização da produção.

- Verticalização da produção: implementação de pequenas e médias unidades industriais e agroindustriais, política especial de crédito, melhoria da infraestrutura física com sustentabilidade
- Implementação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163: criação de pólo moveleiro, tecnologia para melhor aproveitamento da madeira, geração de emprego e renda
- Turismo: cachoeiras e corredeiras do rio Xingu
- Aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte: energia gerada deve amparar o desenvolvimento da região
- Ordenamento da expansão do cultivo de soja no sul do Amazonas: zoneamento agrícola para garantia da função de escudo do coração florestal
- Transamazônica: asfaltamento, com atenção a rígidos padrões ambientais
- Produtores familiares: sistema de crédito especial, fortalecimento dos sistemas agroflorestais, recebimento por serviços ambientais
- Comunidades tradicionais: fomento a formas alternativas de produção, oportunidades para a medicina tradicional
- Itaituba: centro logístico e potencial centro prestador de serviços para a região; centro de pesquisa para estudo da biodiversidade amazônica

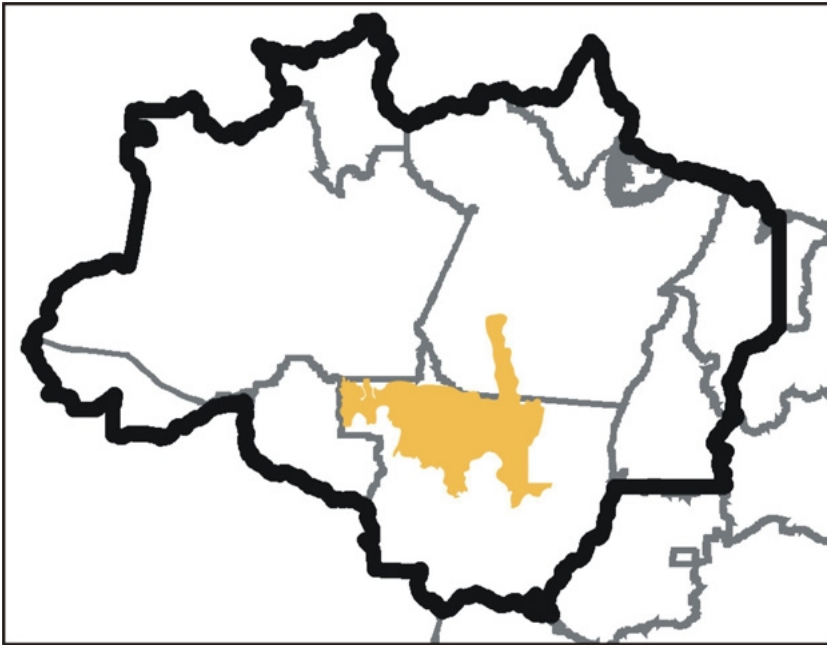
3 - Ordenamento e consolidação do pólo logístico de integração com o Pacífico



Essa unidade se constitui em um verdadeiro pólo logístico. É necessário avançar em um planejamento integrado dos grandes empreendimentos previstos para a região (hidrelétricas no rio Madeira, que já constitui uma hidrovia; estrada Porto Velho–Manaus; gasodutos Urucu–Porto Velho e Coari–Manaus; rodovia Transoceânica) que contemple a consideração plena da sustentabilidade ambiental do conjunto de empreendimentos.

- Ampliar e complementar as políticas de fomento à agricultura familiar em bases agroecológicas: linhas de crédito específicas, fomento ao cooperativismo, manejo madeireiro e não-madeireiro
- Políticas de recuperação ambiental: prioridade para grandes áreas degradadas, conversão da pecuária extensiva, sistemas silvopastoris e melhoramento genético
- Condição para implantação dos grandes empreendimentos logísticos: planejamento integrado de toda a área, compondo mesorregiões integradas
- IIRSA: melhor avaliação de projetos, implantação antecipada de áreas protegidas, fortalecimento de instâncias trinacionais para governança dos processos
- Intermodalidade para escoamento competitivo da produção
- Turismo – belezas cênicas do Vale do Apertado
- Fortalecimento das cidades de Rondônia e sudeste do Acre

4 - Diversificação da fronteira agroflorestal e pecuária

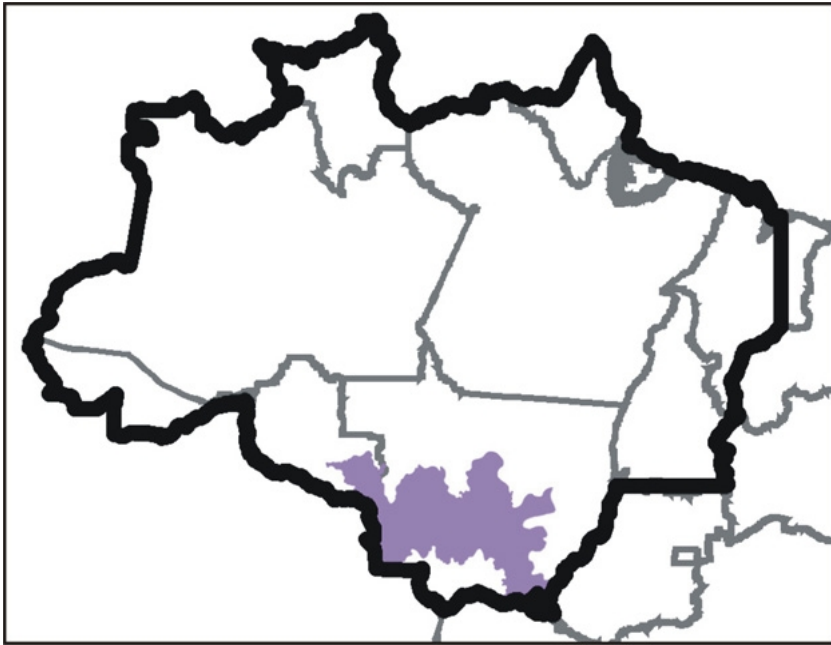


É dessa área que se originam as frentes que avançam pela floresta ombrófila densa.

Corresponde, basicamente, à ocupação da faixa de floresta ombrófila aberta e a estratégia para seu desenvolvimento deve constituir um anteparo para evitar a expansão das fronteiras. Atividades lucrativas devem competir com a pecuária extensiva, promovendo a diversificação produtiva.

- Implantação de indústria madeireira moderna
- Recuperação de passivos ambientais com espécies arbóreas com valor econômico
- Produção de alimentos com base em cooperativas e vilas agroindustriais: uso comunitário da terra e da Reserva Legal; extrativismo madeireiro e não-madeireiro; serviços ambientais; escala para processamento da produção; localização estratégica frente a mercados e estradas
- Construção de portos secos para o escoamento, em especial da pequena e média produção
- Incentivo à expansão da agricultura em áreas de pastagens degradadas
- Aproveitamento de calcário e rochas fosfatadas: ganho de produtividade agrícola e recuperação de áreas degradadas
- Aumento da produtividade da pecuária: desafio de promover redução do desmatamento e não incentivar maior migração da atividade para a região
- Restrição ao financiamento de atividades pecuárias em áreas de vegetação nativa

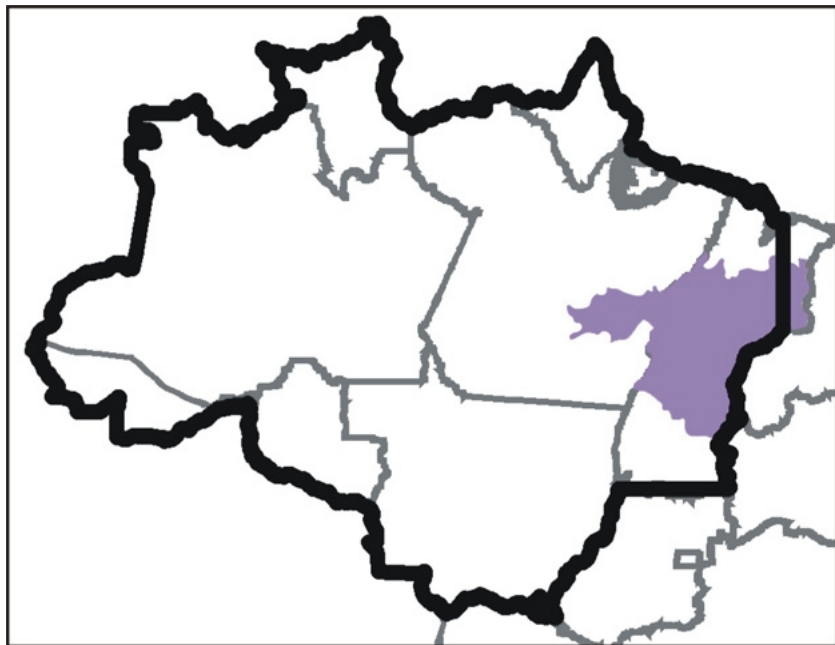
5 - Regulação e inovação para implementar o complexo agroindustrial



Voltada essencialmente para a exportação, a atividade agropecuária desenvolvida na região, concentrada no estado do Mato Grosso, exige a regulação e a inovação de seus processos, produtos e da distribuição de riqueza que promove.

- Regulação e inovação da agropecuária
- Fortalecimento das cadeias produtivas, com diversificação e verticalização
- Estímulo à produção de insumos, rações e fertilizantes próximo às regiões produtoras
- Aquicultura sustentável: inclusão produtiva e segurança alimentar
- Priorização dos sistemas pecuários intensivos e fomento à industrialização da carne e do couro
- Grãos: legislação/fiscalização e pacto social contra desmatamento e invasão de Terras Indígenas e recuperação de APP, mananciais e controle do uso da água para irrigação
- Turismo: Chapada dos Guimarães

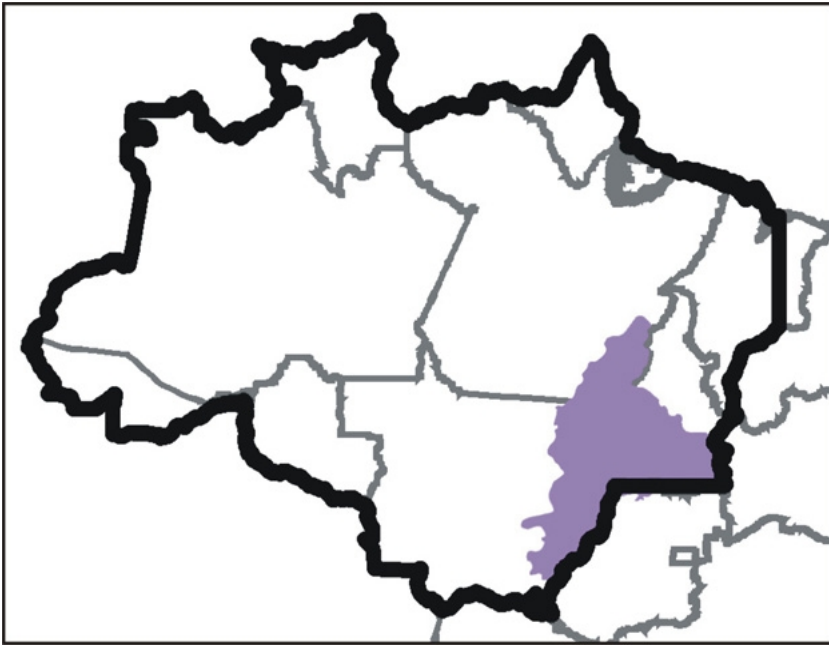
6 - Fortalecimento do policentrismo no entroncamento Pará-Tocantins-Maranhão



Constituída por um conjunto de cidades articuladas– policêntrica (Marabá, Imperatriz e Araguaína). Ocupa posição estratégica no contato dos três estados – Pará, Tocantins e Maranhão – e, sobretudo, no cruzamento das redes de infra-estrutura de quatro eixos viários de fundamental importância na região: rodovia Belém–Brasília, rodovia Transamazônica, Estrada de Ferro Carajás e ferrovia Norte-Sul. Tirando proveito da conectividade interna, as estratégias propostas visam a formação de uma região de economia agromineral e industrial ativa.

- Formação de região de economia agromineral e industrial ativa – ampliar a logística disponível fortalecendo a conectividade interna
- Recuperação de terras degradadas para produção de alimentos, absorvendo grande contingente de produtores familiares, além da soja
- Incentivo à aquicultura: peixes nativos, produção de ração local, centros de alevinagem, crédito e assistência técnica
- Ordenamento da Silvicultura: ordenamento das cadeias produtivas, incentivo a espécies nativas, agrossilvicultura e estímulo à industrialização madeireira
- Pólo industrial diversificado com aproveitamento do potencial de produção de energia
- Articulação com os fluxos econômicos externos: ênfase nos produtos locais aproveitando o alcance da infra-estrutura intermodal existente
- Aproveitamento econômico do babaçu – Bico do Papagaio/To
- Turismo – Jalapão e floresta petrificada - Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins

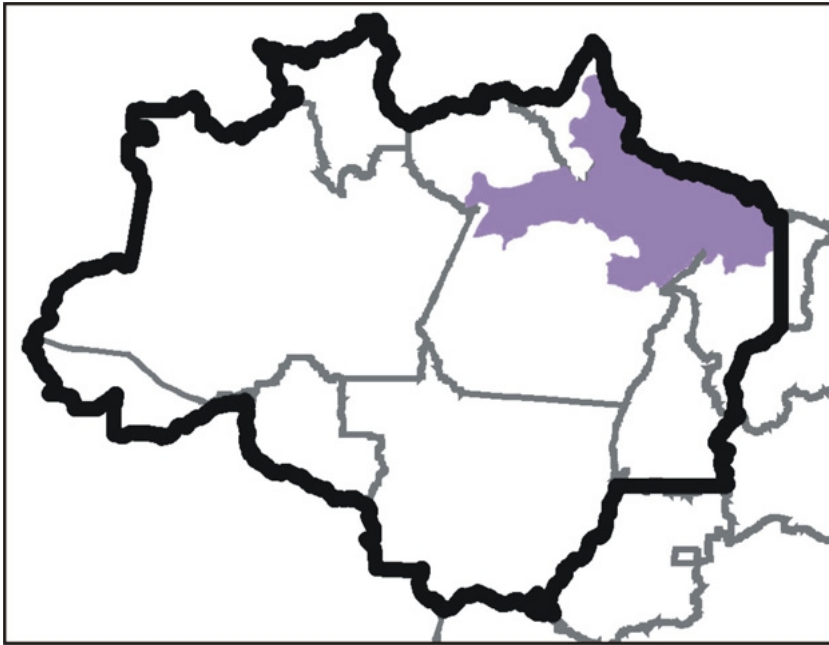
7 - Readequação dos sistemas produtivos do Araguaia-Tocantins



Trata-se de uma Unidade Territorial com áreas de povoamento consolidado que estão sendo incorporadas às atividades modernas – no caso a pecuária e a soja. Verifica-se aqui, uma readequação produtiva, isto é, a substituição de atividades estagnadas por outras, mais rentáveis.

- Readequação da estrutura produtiva e agregação de valor aos produtos regionais
- Planejamento estratégico para fortalecimento e diversificação da agropecuária e do extrativismo
- Industrialização local da produção de soja, com agregação de valor
- Desenvolvimento da pecuária intensiva
- Desenvolvimento do turismo – Pantanal do Araguaia, Ilha do Bananal e Parque Estadual do Cantão
- Definição de estratégias específicas para os recursos hídricos, considerando as nascentes do das Bacias do Tocantins, Araguaia e Xingu e o pantanal do Araguaia
- Implementação, articulado com o MacroZEE, do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia do Tocantins Araguaia

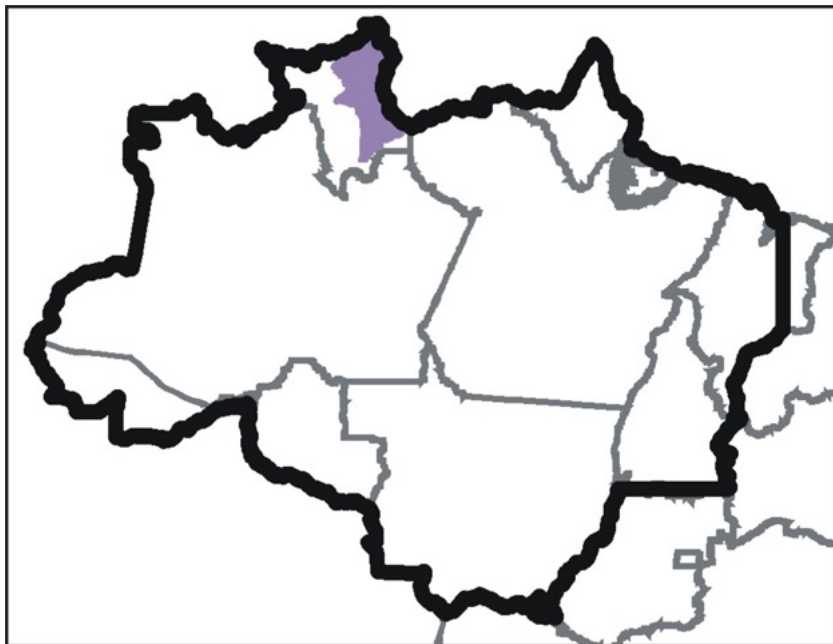
8 - Fortalecimento das capitais costeiras, regulação da mineração e apoio à diversificação de outras cadeias produtivas



Trata-se de um território constituído pelas redes de estradas e de energia, bem como pelas redes da Vale e das capitais costeiras, sobretudo Belém, ou seja, redes logísticas, econômicas e sócio-políticas. É a unidade melhor servida em energia e circulação. agenda proposta para essa unidade visa tanto o mercado externo quanto as condições de vida da população regional, mas condicionada à inovação, à industrialização e à regulação. de empreendimentos.

- Pólo para verticalização da produção mineral: industrialização /in loco/ de parte da produção, planejamento integrado, novas fontes de energia
- Proibição da venda de minérios a segmentos industriais que utilizam carvão vegetal de mata nativa além dos limites da reserva legal – especialmente guseiras
- Enriquecimento da cadeia produtiva do ferro: ampliar o uso da biomassa da floresta manejada, favorecer investimentos nas siderúrgicas para produção do aço, Aço Verde
- Revisão do quadro regulatório e de subsídios para o setor mineral, envolvendo: questões tributárias, royalties, aplicação de recursos, novas regulamentações para autorizações e concessões minerais
- Belém e São Luis devem ser equipadas para absorverem os resultados da inovação industrial integradora
- Diversificação da economia local, com desenvolvimento florestal e produção de alimento
- Amapá: industrialização do minério e da bioprodução (produtos da floresta e da pesca marinha). Construção de um /porto offshore /para escoamento desta produção
- Incentivo a energias renováveis
- Carvão renovável de florestas plantadas e outras biomassas: exemplo – casca do babaçu
- Fortalecer a pesca, aquicultura e maricultura sustentáveis
- Responsabilidade socioambiental do setor mineral na recomposição florestal, mediante parceria com os produtores familiares.

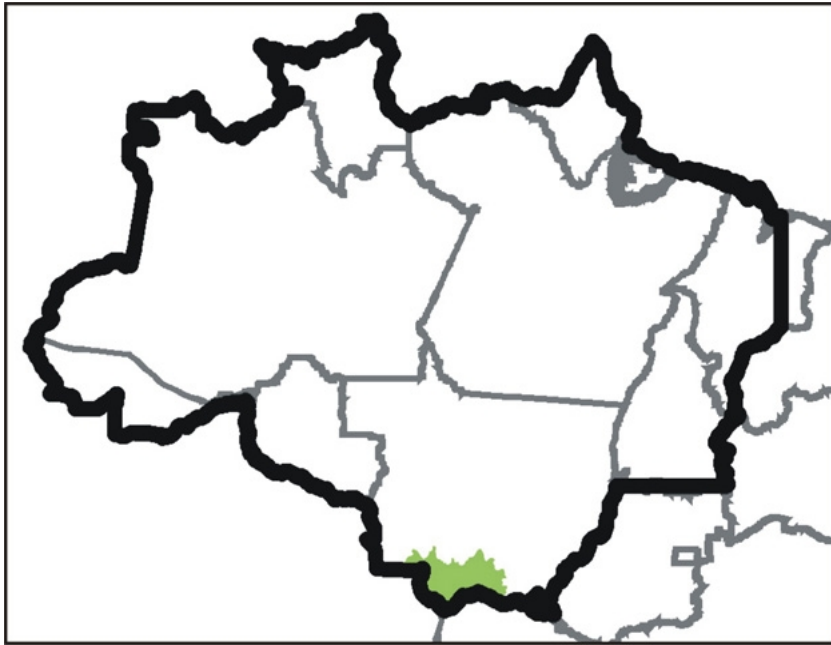
9 - Fortalecimento do corredor de integração Amazônia-Caribe



A principal característica dessa unidade é sua posição geopolítica regional, com maior conectividade econômica, social e cultural com o Caribe. As estratégias propostas para esta Unidade Territorial estão intimamente relacionadas às características físico-bióticas e ao processo de ocupação do estado de Roraima.

- Turismo e Etnoturismo: norte de Roraima onde se localizam a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol e o Parque Nacional do Monte Roraima; Sítio arqueológico da Pedra Pintada
- Áreas de livre comércio, ZPE Boa Vista e Porto Seco em Boa Vista: incentivos à produção com a promoção da infra-estrutura de processamento, armazenamento e escoamento
- Piscicultura, Apicultura, fruticultura
- Produção agropecuária: na região das savanas úmidas, deve-se estimular a diversificação dos sistemas de produção, incluindo um programa de recuperação de áreas degradadas com foco nos sistemas de integração lavoura-pecuária, plantio direto
- Ordenamento da atividade madeireira no sul do estado

10 - Defesa do Pantanal com a valorização da cultura local, das atividades tradicionais e do turismo



Apesar de bem conservado, o Pantanal é um ecossistema frágil, que sofre constantes ameaças. Atividades produtivas nos planaltos adjacentes, a atividade garimpeira de exploração do ouro na planície, construção de termelétricas e de um pólo siderúrgico, são vetores de forte pressão sobre o Pantanal. A abordagem desses problemas deve considerar as diversas dinâmicas que se dão no Planalto, sendo também a cooperação com o estado de Mato Grosso do Sul, fundamental para o desenvolvimento de estratégias integradas para a região.

- Elaboração de planos de gestão de recursos hídricos das microbacias
- Pesquisa para sistematizar o potencial ecológico pantaneiro
- Fiscalização da atividade garimpeira
- Pecuária tradicional: melhoria com o manejo de pastagens e suplementação alimentar, conservação de raças crioulas
- Turismo: ecoturismo, rural, de aventura, pesca esportiva; coordenação entre os planos turísticos nacional, regionais e locais; planejamento integrado com o setor privado; estratégias para minimizar impactos nos ecossistemas; envolvimento das comunidades locais
- Valorização da cultura pantaneira, com promoção do artesanato e festivais periódicos e proteção do patrimônio intelectual como músicas, danças e lendas.
- Fiscalização sanitária na fronteira com a Bolívia e o Paraguai

AS ESTRATÉGIAS COMUNS A TODA AMAZÔNIA

Promoção da reforma agrária e da regularização fundiária;

Criação e fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação;

Reconhecimento das territorialidades de comunidades tradicionais e povos indígenas;

Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade;

Fortalecimento de uma política de Estado para a pesca e a aquicultura sustentáveis;

Planejamento integrado das redes logísticas;

Organização de pólos industriais;

Promoção do turismo sustentável.

Produção mineral e energética com sustentabilidade e desenvolvimento regional;

Estruturação de uma rede de cidades como sede de processos tecnológicos e produtivos inovadores;

Desenvolvimento e inovação científica e tecnológica para a promoção dos usos sustentáveis dos recursos naturais;

Planejamento ordenado da expansão da agropecuária e conversão em bases sustentáveis dos sistemas de produção agrícola;

Planejamento e gestão das águas e recursos hídricos;

Redução de emissões de gases de efeito estufa, notadamente as provocadas por mudanças no uso do solo, desmatamento e queimadas;



COMO O MACROZONEAMENTO IRÁ CONTRIBUIR PARA REDUZIR O DESMATAMENTO

- Indicando atividades produtivas em bases sustentáveis que geram renda e trabalho para as populações regionais, mantendo a floresta em pé.
- Promovendo a recuperação de áreas degradadas e integrando-as ao processo produtivo.
- Criando condições para o aumento da produtividade das áreas antropizadas.
- Restringindo o avanço da agropecuária sobre áreas florestadas.
- Fortalecimento das Unidades de Conservação nas fronteiras de expansão.

O QUE MUDA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO MACROZONEAMENTO

O papel da Amazônia na agenda nacional do desenvolvimento, como frente de inovação tecnológica e criatividade produtiva.

O planejamento da logística, concebido de forma integrada e com forte governança.

O Pacto Federativo, que se fortalece com a compatibilização das escalas nacional e estaduais.

A superação da visão fragmentada da Amazônia em prol de uma compreensão da sua totalidade.

A importância das cidades como centros de cadeias produtivas, de pesquisa e indústrias.

O protagonismo da sociedade, que terá papel ativo no acompanhamento do Macrozoneamento.



A INSTITUCIONALIZAÇÃO E FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO MACROZONEAMENTO

Visando ampliar a eficácia do MacroZEE e assegurar sua plena implementação, além da Resolução da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional – CCZEE, ele também será instituído por Decreto Presidencial, cuja proposta está sendo encaminhada para a Casa Civil da Presidência da República.

FIM